

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 9ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – desastre de Mariana

Data: 14 de fevereiro de 2017.

Local: Palácio do Planalto, Anexo I, Brasília - DF.

Presentes: - Governo Federal: Presidência da República (Casa Civil e Secretaria de Governo), MDSA (SNAS, Senarc) e MAPA
- Governo do Espírito Santo
- Governo de Minas Gerais
- Município de Mariana
- Fundação Renova
- Ernest Young

I. Apresentação da pauta

- 1) Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados
 - a. Análise Lote 004
 - b. Não localizados – análise CTOS dos documentos enviados; prazos e estratégias para localização das demandas
- 2) Programa de Auxílio Financeiro Emergencial
 - a. Análise dos casos inelegíveis
 - b. Pagamento aos casos reconsiderados
 - c. Corte de programas sociais – posicionamento MAPA
- 3) Programa de Indenização Mediada
 - a. Proposta simplificada
 - b. Follow-up das negociações em curso (água e danos gerais)
- 4) Programa de Proteção Social
 - a. Oficinas
 - b. Contratação de consultoria
- 5) Outras questões
 - a. Novos membros CTOS – Participação de municípios
 - b. Pedir propostas de inclusão/modificação no TTAC

II. Leitura dos encaminhamentos

A Coordenadora da CTOS, Isabele Bachtold, fez a leitura dos encaminhamentos da última reunião. Verificou-se que todos os encaminhamentos haviam sido cumpridos. Destacou que os lotes 002 e 003 do Cadastro Integrado foram submetidos pela Coordenação da CTOS ao Comitê Interfederativo – CIF e foram validados. Além disso, informou que o CIF deliberou pelo pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial, inclusive dos retroativos, aos 94 casos de pessoas consideradas elegíveis segundo análise da CTOS, a partir das justificativas apresentadas pela Fundação Renova.

III. Discussões

- 1) Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados
 - a. Análise Lote 004

A Coordenação da CTOS informou que, em relação ao Lote 004 do Cadastro Integrado (1.651 famílias), realizou as seis primeiras fases de sua análise, enviou o resultado à Fundação Renova para a correção das inconsistências, e está realizando a última etapa de avaliação, a conferência dos CPFs dos cadastros junto à Receita Federal. Ainda não houve retorno da Fundação Renova quanto à correção das inconsistências. Além disso, ressaltou a preocupação com a pequena quantidade de lotes enviados pela Fundação Renova, dada a data-limite para o Cadastro Integrado, 31 de março de 2017. A Fundação se comprometeu a enviar os cadastros corrigidos até dia 17/02. A coordenadora da CTOS destacou que até agora em todos os lotes enviados vieram cadastros com campos “nulo”, problema que seria de fácil correção.

- b. Não localizados – análise CTOS dos documentos enviados; prazos e estratégias para localização das demandas

Em relação aos 3.441 não localizados, a Fundação Renova enviou carta com aviso de recebimento para os 2.496 manifestantes com endereço e conseguiu retorno de 447, que já serão cadastrados. A esse respeito, a Coordenação da CTOS ressaltou que o modelo de carta registrada enviada pela Fundação necessita de maior qualificação e detalhamento, pois a carta apenas solicita que se entre em contato com a Fundação Renova, sem mencionar o Desastre de Mariana. Além disso, destacou que 4 municípios concentram 48% dos casos e 10 municípios abrangem 79% dos casos, portanto, o contingente de não localizados está circunscrito a poucos municípios. Também mencionou que considera insuficiente que a Fundação Renova faça apenas três tentativas de contato telefônico para a busca dos não localizados. Os membros da CTOS sugeriram à Fundação várias ações: campanha pelo rádio, TV, redes sociais, mais uma rodada de ligações do call center, busca ativa...

Representante da Senarc/MDSA concordou que o texto da carta não é amigável e afirmou que MDSA poderia tentar identificar os não localizados no Cadastro Único do Governo Federal. Como os dados do Cadastro são sigilosos, repassaria apenas endereço de contato.

A Fundação se comprometeu a intensificar seus esforços e a rever o texto da carta. Para a próxima reunião da CTOS, trará relato dos esforços realizados bem como uma estratégia reformulada para encontrar os não localizados.

Outro dado para o qual a Coordenação da CTOS chamou atenção é que dos 3.441 não localizados da Base Emergencial, a CTOS analisou e conseguiu localizar 117 pessoas na base de dados do Cadastro Integrado, o que mostra que as bases não estão conversando.

A Coordenação da CTOS afirmou que não se sente confortável de solicitar, ao CIF, dilação do prazo de 31 de março de 2017 para a conclusão do Cadastro Integrado daqueles que solicitaram cadastro até 31 de outubro de 2016. Avalia que a Fundação Renova precisa empreender mais esforços. Houve concordância dos demais membros da CTOS.

A representante do município de Mariana/MG perguntou como está o processo de cadastramento em Mariana, em decorrência do posicionamento da Caritas que tem orientado os impactados a não se cadastrarem. Representante da área de cadastro da Fundação Renova informou que, no dia anterior, houve reunião com a Caritas, a Comissão dos Atingidos e o Ministério Público. Afirou que o parecer da Caritas traz preocupações importantes, mas que transcendem o escopo do Cadastro. A proposta da Fundação Renova é estruturar agenda técnica para além do Cadastro. Quanto aos impactados, algumas pessoas estão optando por seguir com o cadastro, mas a maioria não seguiu com o processo de cadastramento.

Segundo a Fundação Renova, a expectativa é que no 6º lote sejam enviados 6.000 cadastros.

2) Programa de Auxílio Financeiro Emergencial

a. Análise dos casos inelegíveis

Como encaminhamento da 8ª CTOS, a Fundação Renova ficou responsável por enviar informações adicionais sobre 658 casos para os quais não havia apresentado informações suficientes para fundamentar inelegibilidade ao Auxílio Financeiro Emergencial. Além desses, a Fundação reavaliou mais 158 casos que considerou inelegíveis cuja justificativa anteriormente apresentada tinha sido: trabalhador informal – areal, comércio em Linhares, determinação geográfica. A Fundação Renova reavaliou a grande maioria dos casos conforme os critérios estabelecidos no TTAC:

- Comprometimento da renda;
- Comprovação da interrupção das atividades produtivas ou econômicas;
- Verificação da dependência financeira;
- Comprovação de ofício;
- Não restabelecimento das condições para retomada das atividades produtivas ou econômicas.

A partir da reanálise da Fundação Renova, 12 casos foram considerados elegíveis. Em relação ao total de casos reavaliados, faltou apresentar justificativa conforme os critérios do TTAC para 39 casos classificados como inelegíveis. A Fundação se comprometeu a rever esses casos.

A Coordenação da CTOS lembrou que todos os casos considerados inelegíveis no Cadastro Emergencial serão reavaliados no Cadastro Integrado.

b. Pagamento aos casos reconsiderados

Em relação ao status de pagamento dos casos reconsiderados ao Auxílio Financeiro Emergencial, representante da Fundação Renova informou que dos 253 casos considerados elegíveis após reavaliação, 230 cartões já foram entregues, 17 cartões estão pendentes de entrega e 6 estão sob análise.

c. Corte de programas sociais – posicionamento MAPA

Sobre a situação relatada de corte do seguro-defeso de pescadores no Espírito Santo pela impossibilidade de comprovar pesca no ano anterior em decorrência do Desastre e também por estarem recebendo o Auxílio Financeiro Emergencial, a representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) informou que a informação procede, pois não há previsão legal de seu pagamento em caso de acidente causado pelo homem. O seguro-defeso é pago em razão de fatores ambientais, pois o objetivo é proteger a reprodução das espécies.

O MAPA informou que poderia enviar a legislação sobre o seguro-defeso para o conhecimento dos demais membros da CTOS.

d. Outros: Auxílio Financeiro Emergencial, Cadastro Único e o pagamento do Bolsa-Família

Sobre o parecer da consultoria jurídica do MDSA, apresentado na reunião anterior da CTOS, que entendeu que o Auxílio Financeiro Emergencial deve passar a ser computado como renda familiar mensal no Cadastro Único e contará como renda para o Bolsa Família, representante da Senarc/MDSA informou que a não ser que haja outro posicionamento formal de Governo contrário ao entendimento do MDSA, o Ministério informará seu posicionamento aos municípios impactados pelo desastre.

3) Programa de Indenização Mediada

a. Proposta simplificada

A Coordenação da CTOS informou que encaminhou a proposta de indenização simplificada para as defensorias públicas. O Ministério da Agricultura, por sua vez, repassou a proposta para análise das coordenações de pesca das Superintendências. Ficou definido prazo até 17/02 para membros da CTOS enviarem suas contribuições à proposta de indenização simplificada.

b. Follow-up das negociações em curso (água e danos gerais)

No que se refere ao processo de negociação dos danos por interrupção de abastecimento de água em Governador Valadares e Colatina, hoje o processo é feito com duas reuniões. Talvez em março passe a ser adotada uma única reunião. Já foram atendidas 61.905 pessoas, dessas 33.716 aceitaram proposta de acordo; 22.226 propostas foram encaminhadas para pagamento, 10.936 propostas para menores estão em homologação e 16.009 cartões foram creditados. Estão em funcionamento 11 escritórios, com 234 colaboradores e o valor de fechamento de janeiro/17 foi de R\$ 10.278.332,32.

Em relação às indenizações por danos gerais, representante da Fundação Renova informou que há 7 escritórios prontos para operar, 68 casos em andamento e o montante de R\$ 2.933.363,74 pagos em antecipações de indenizações (pagos a areeiros, comerciantes). Além disso, comunicou que foram iniciadas negociações completas em Linhares e Barra Longa após recebimento dos primeiros cadastros integrados.

4) Programa de Proteção Social

a. Oficinas

Representante da Fundação Renova informou que foi realizada reunião por videoconferência entre Casa Civil/Presidência, Ministério do Desenvolvimento Social e

Agrário, Estado de Minas Gerais e Fundação Renova para discutir objetivos, metodologia e organização das oficinas de proteção social. O Estado do Espírito Santo não pode participar devido a motivos de força maior. Ficou acordado que a oficina discutirá qual o papel da Fundação Renova e qual o papel dos entes públicos (MDSA, governos estaduais e municípios) em relação ao Programa de Proteção Social. Destacou também que as oficinas serão um momento de escuta dos municípios. Ficou definida a participação, no mínimo, da Assistência Social e Saúde nas oficinas. Os Estados serão responsáveis pelo convite aos municípios bem como por envio de roteiro de questões orientadoras para discussão. A Fundação Renova será responsável por informativo descritivo sobre o TTAC e o Programa de Proteção Social bem como pela organização e logística das oficinas.

Em seguida, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDSA apresentou proposta de Programação das oficinas. O objetivo geral do Encontro seria: compartilhar informações e construir consensos sobre as relações entre a proteção social e o Desastre de Mariana; e os objetivos específicos a serem atingidos seriam:

- a) Alinhar as demandas dos municípios no âmbito da proteção social em relação ao Desastre de Mariana;
- b) Definir os papéis de cada ente federativo na gestão e execução dos serviços socioassistenciais, visando à complementaridade das ações da Fundação Renova, sem sobreposição de atribuições e competências;
- c) Levantar demandas e propor sugestões para a Fundação Renova no que concerne à proteção social.

O Governo de Minas Gerais solicitou que seja explicitado, nos objetivos, a escuta dos municípios. Inicialmente estavam previstas três (3) oficinas em Minas Gerais e duas (2) no Espírito Santo. A sugestão do MDSA é que nas oficinas participem no máximo 10 municípios, o que ampliaria de três (3) para cinco (5) as oficinas em Minas Gerais.

Em relação à oficina com os municípios onde houve deslocamento físico, Mariana e Barra Longa, o Estado de Minas defendeu incluir mais participantes, além da Assistência Social e Saúde.

Representante do Ministério da Agricultura informou que o Ministério não participará das oficinas, mas que solicitará a participação das Superintendências.

A representante do município de Mariana/MG informou que devido ao Desastre aumentou muito a demanda de trabalho para os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Indagou de que forma o MDSA poderia aumentar seu apoio ao município. Informou que, no momento, a Fundação Renova está custeando 20 profissionais que atuam no município: 10 assistentes sociais e 10 psicólogos.

A representante do Estado do Espírito Santo informou que foi realizada reunião com os municípios capixabas impactados e também foi constatado que recursos humanos serão um grande desafio para os municípios. Defendeu que no caso do Espírito Santo onde as oficinas serão com poucos municípios, já que a quantidade de municípios impactados é menor, se convide além da Assistência Social e Saúde, também Agricultura, Educação, Desenvolvimento Econômico para tratar da Proteção Social como um todo.

Ficou acordado que o MDSA enviará a proposta de programação das oficinas para contribuições dos demais membros da CTOS, que farão suas sugestões até 20/02. Também até 20/02, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo devem enviar roteiro de questões orientadoras para as oficinas de proteção social e comentários ao

informativo sobre o TTAC e o Programa de Proteção Social (documentos que serão encaminhados previamente aos municípios).

O Estado de Minas Gerais também ficou encarregado de apoiar à Fundação Renova com critérios para a nova divisão dos municípios, já que as oficinas terão a participação de até 10 municípios.

Ficou acordado que as oficinas terão início em março e a Fundação informou que necessita de duas a duas semanas e meia para sua organização.

b. Contratação de consultoria

A Fundação Renova segue com os trâmites da contratação da consultoria para o Programa de Proteção Social.

5) Outras questões

a. Novos membros CTOS – Participação de municípios

A Coordenadora da CTOS informou que recebeu ofício do município de Mariana/MG solicitando ingresso na CTOS como membro. O assunto foi debatido entre os integrantes e a entrada do município de Mariana foi aprovada por unanimidade. Representante da Setades, Espírito Santo, comunicou que foi realizada reunião com os municípios capixabas impactados e foi informado aos municípios que eles podem participar da CTOS por videoconferência.

b. Pedir propostas de inclusão/modificação no TTAC

A Coordenadora da CTOS solicitou aos integrantes da Câmara que tragam para a próxima reunião da CTOS sugestões de inclusão/modificação no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC. Esse pedido foi feito pela Secretaria-Executiva do CIF que discutirá o assunto na reunião de março, pois o juiz federal responsável pelo Acordo analisará alterações antes de homologá-lo.

c. Suspensão Auxílio Financeiro Emergencial

Representante da Renova informou que a Fundação começou a pensar nos critérios (parâmetros) para suspensão do Auxílio Emergencial para algumas situações. Citou, como exemplo, o município de Barra Longa, onde famílias cujas casas foram afetadas e já foram reformadas, começaram a retornar para suas residências. Ficou acordado que a Fundação Renova apresentará para discussão, na próxima CTOS, critérios (parâmetros) para suspensão do Auxílio Financeiro Emergencial. Outra representante da Fundação Renova ressaltou a importância de a Fundação oferecer cursos de educação financeira antes de interromper o auxílio.

d. Informe Auditoria Ernest Young

Representante da empresa de Auditoria Ernest Young informou que foi realizada reunião entre a Fundação Renova, a Ernest Young e a empresa diretamente responsável pelo Cadastro, a Sinergia, com o objetivo de a Auditoria compreender melhor o funcionamento do Cadastro com vistas a elaborar plano de sugestões ao Cadastro.

Encaminhamentos

Coordenação CTOS

- Próxima reunião CTOS: 14 de março.

Membros da CTOS

- Até 20/02: enviar comentários à proposta do MDSA para as oficinas de proteção social nos municípios;
- Até 20/02: estados de Minas Gerais e Espírito Santo: enviar roteiro de perguntas para as oficinas de proteção social e comentários ao informativo sobre o TTAC (documentos que serão encaminhados previamente aos municípios);
- Até 17/02: enviar contribuições ao Programa de Indenização Mediada: Processo de Indenização Simplificado;
- Para a próxima reunião CTOS: sugestões de modificações/ajustes no TTAC.

Fundação Renova

- Até 17/02: encaminhar para a Coordenação da CTOS o lote 004 do Cadastro Integrado sem as inconsistências;
- Encaminhar à Coordenação da CTOS a relação dos não localizados após envio de AR (excluindo aqueles localizados pela Coordenação da CTOS nos lotes do Cadastro Integrado);
- Até próxima reunião CTOS: não localizados: rever o modelo da Carta Registrada, trazer relato dos esforços empreendidos e apresentar estratégia mais ampla para localização;
- Apresentar para discussão na CTOS critérios (parâmetros) para suspensão do Auxílio Financeiro Emergencial;
- Inelegíveis ao Auxílio Financeiro Emergencial: avaliar 39 casos conforme critérios do TTAC;
- Oficinas de Proteção Social: organização e logística.

MAPA

- Encaminhar legislação referente ao seguro-defeso.